
O ESTUDO GEOGRÁFICO DOS ESPAÇOS URBANOS: EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS DA CIDADE DE TERESINA-PI

Rodrigo da Silva **RODRIGUES**

Mestre em Geografia. Docente do curso de graduação da Universidade Estadual do Piauí e da SEMEC de Teresina-PI.

rodrigo.geo.grafia@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9246010579912454>

Francisco de Assis **VELOSO FILHO**

Geógrafo, Doutor em Economia. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Geografia e História.

aveloso@ufpi.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/7661414820168309>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo levantar, de forma sucinta, as correntes teórico-metodológicas que analisaram as cidades ao longo da evolução da Geografia Urbana, tentando contextualizar essa trajetória na perspectiva do Brasil e, por fim, situar alguns estudos importantes sobre a cidade de Teresina nesse contexto, partindo-se da hipótese de que houve, até certo ponto, uma harmonia no que tange às pesquisas urbanas nestas três escalas (internacional, nacional e local). Esse trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas em obras de caráter teórico, metodológico e epistemológico, relevantes da Geografia Urbana mundial, brasileira e em obras que têm como objeto de estudo, a cidade de Teresina. A hipótese inicial levantada foi corroborada e embora o trabalho não tenha se constituído num levantamento aprofundado da temática, contribui na produção geográfica urbana na cidade de Teresina, em especial, no trabalho de levantamento bibliográfico de pesquisas urbanas da capital piauiense.

Palavras-chaves: Espaço Urbano. Geografia Urbana. Epistemologia da Geografia Urbana. Metodologia da Geografia Urbana. Teresina-PI.

GEOGRAPHIC STUDY OF URBAN SPACES: GEOGRAPHIC RESEARCH EVOLUTION FROM TERESINA-PI

Abstract: This work aims to raise, briefly, the theoretical methodological currents that analyzed the cities along the evolution of Urban Geography, trying to contextualize this trajectory in Brazil's perspective and finally place some important studies on Teresina city in this context, starting from the hypothesis that there was to some extent a
Revista Equador (UFPI), Vol. 4, Nº 2, p.77 - 97 (2015) Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

harmony in regard to urban researches as far these three scales (international, national and local). This work was carried out from bibliographical researches in theoretical, methodological and epistemological nature works, relevant of World Urban Geography, Brazilian and within works whose subject matter is Teresina city. The raised initial hypothesis was confirmed and although the work has not made a depth survey of the subject, contributes to urban geographic production in Teresina city, especially concerning to bibliographical work on urban researches from Piauí State capital.

Keywords: Urban Space. Urban Geography. Urban Geography Epistemology. Urban Geography Methodology. Teresina-PI.

EL ESTUDIO GEOGRAFICO DE LOS ESPACIOS URBANOS: EVOLUCIÓN DE LAS INVESTIGACIONES GEOGRÁFICAS DE LA CIUDAD DE TERESINA-PI

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo levantar, de forma breve, las corrientes teórico-metodológicas que examinaron las ciudades a lo largo de la evolución de la Geografía Urbana, intentando contextualizar esa trayectoria en la perspectiva del Brasil y, por fin, establecer algunos estudios importantes a cerca de la ciudad de Teresina en ese contexto, partiendo de la hipótesis de que hubo, hasta cierto punto, una armonía con respecto a las investigaciones urbanas en estos tres seguimientos (internacional, nacional y local). Ese trabajo fue realizado a partir de investigaciones bibliográficas en obras de carácter teórico, metodológico e epistemológico, notables de la Geografía Urbana mundial, brasileña y en obras que tienen como objeto de estudio, la ciudad de Teresina. La hipótesis inicial planteada fue confirmada y aunque el trabajo no tenga se constituido en un planteamiento profundizado de la temática, contribuye en la producción geográfica urbana en la ciudad de Teresina, en especial, en el trabajo de planteamiento bibliográfico de investigaciones urbanas de la capital piauiense.

Palabras-clave: Espacio Urbano. Geografía Urbana. Epistemología de la Geografía Urbana. Metodología de la Geografía Urbana. Teresina-PI.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, levantaremos de forma sucinta as metodologias de análise ou correntes teórico-metodológicas que se propuseram a estudar os espaços urbanos ao longo da evolução da Geografia Urbana, tentando contextualizar, ainda, essa trajetória na perspectiva do Brasil, ou seja, as mudanças nas concepções gerais das pesquisas geográficas nos espaços citadinos no país, e por fim, tentaremos situar alguns estudos importantes sobre a cidade de Teresina nos contextos destas mudanças de diretrizes dos estudos geográficos urbanos, partindo-se da hipótese de que houve, até certo ponto, uma harmonia no que tange às pesquisas urbanas nestas três escalas (internacional, nacional e local) de levantamento de estudos, metodologias e pesquisas nas cidades.

Basicamente, esse trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas, através do levantamento de obras importantes da Geografia Urbana do ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico, no que tange à produção mundial, brasileira e nas obras que têm como objeto de estudo, a cidade de Teresina. Em relação a esta última parte da revisão da literatura, que trazem a capital piauiense como objeto de análise, também foi realizado o levantamento de publicações e documentos institucionais, em especial, do IBGE. Este é um trabalho de levantamento geral, de caracterização panorâmica das literaturas existentes sobre o tema já mencionado. Uma análise mais aprofundada não é o objetivo deste artigo, portanto.

A EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA

Em primeiro lugar, este subcampo da ciência geográfica é particularmente relevante pela própria conjuntura social em que vivemos desde boa parte do século XX, quando a grande maioria da população mundial vive em espaços urbanos, em detrimento das áreas rurais. Não discutiremos os fatores que levaram a essa configuração demográfica, tendo em vista não ser objetivo deste trabalho, contudo, frisamos que é por conta desse fenômeno que as cidades vêm ganhando cada vez mais importância dentro da sociedade planetária e, conseqüentemente, seu estudo, análise e entendimento também, onde se situa a Geografia Urbana.

Fazendo considerações sobre a ciência geográfica como um todo, de acordo com Clark (1991, p. 18), a Geografia seria “o estudo científico dos padrões espaciais”. Ela procura identificar e explicar a localização e a distribuição dos fenômenos físicos e

Revista Equador (UFPI), Vol. 4, Nº 2, p.77 - 97 (2015) Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

humanos sobre a superfície da Terra. “[...] a ênfase se coloca sobre a organização e o arranjo dos fenômenos”. Desta maneira, este autor define o que seria a Geografia e qual seria seu objeto de estudo, “os padrões espaciais”, identificando-os e explicando-os, sobretudo, suas manifestações. Tomando esta diretriz como base, falando especificamente do subcampo a que se destina esse tópico e na tarefa de seus pesquisadores, o autor nos diz ainda que,

A Geografia Urbana é o ramo da Geografia que se concentra sobre a localização e o arranjo espacial das cidades. Ela objetiva acrescentar uma dimensão espacial à nossa compreensão dos lugares e dos problemas urbanos. Os geógrafos urbanos estão interessados em identificar e explicar a distribuição de cidades, e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como as distribuições e os arranjos internos das cidades se modificam ao longo do tempo (CLARK, 1991, p. 18).

Os estudos geográficos, de forma geral, sofreram uma grande revolução na forma como se realizavam por volta da metade do século XX, no levante que muitos chamam de Movimento de Renovação da Geografia. Especificamente no que tange à Geografia Urbana, “em termos conceituais, as abordagens descritiva e indutiva foram substituídas nos anos 50 pela tentativa de desenvolver exposições teóricas gerais a propósito das distribuições geográficas, utilizando-se métodos dedutivos” (CLARK, 1991, p. 27). As pesquisas geográficas sobre as cidades sob essa nova concepção neste período histórico, basicamente se distinguiram em dois tipos principais de estudos, de acordo com Clark (1991): os de localizações de cidades¹ e os de estrutura social e espacial das cidades².

Nas décadas de 1960, aproximadamente, surge uma série de estudos que tinham como principal fator de unidade, a realização de uma Geografia de denúncia, uma Geografia militante. A chamada Geografia Crítica, também teve seus reflexos nos estudos urbanos, em especial, na análise das desigualdades e problemas socioeconômicos apresentados pelos ambientes citadinos, principalmente, naquelas situadas em países subdesenvolvidos (CLARK, 1991; ABREU, 1991).

No que tange à escala nacional, conseguimos identificar os três principais tipos de abordagens nas pesquisas geográficas que tinham como objeto de análise os espaços das cidades. A princípio, temos a abordagem já caracterizada como tradicional ou clássica, onde elegemos como trabalho pioneiro que a representa, o estudo de Mombeig (2004), e sua proposta de monografia urbana, originalmente publicado em 1914 e que

além de ter sido uma obra pioneira, tem a característica de se apresentar como um manual metodológico de como se estudar os espaços urbanos.

Em relação ao segundo tipo de abordagem nas pesquisas urbanas geográficas, a caracterizada como Pragmática ou Neo-positivista, elencamos como um trabalho representativo desta abordagem o estudo de Santos (1963) que faz uma aplicação da proposta de Rochefort (1967) numa cidade brasileira, propondo uma análise das funções (econômicas) da cidade a ser estudada, mesclando ainda com uma análise regional.

Por fim, no que se refere à abordagem crítica, elegemos enquanto maior representante deste tipo de abordagem da cidade, o trabalho de Corrêa (1989), obra também de natureza teórico-metodológica e que insere novos temas e elementos (comuns aos trabalhos de natureza crítica, como as desigualdades sociais e a divisão de classes e suas expressões espaciais) na discussão das cidades.

ESTUDOS URBANOS NA ABORDAGEM CLÁSSICA OU TRADICIONAL

Clark (1991) traça uma trajetória da evolução da Geografia Urbana, revelando as mudanças nas concepções e nas características que os estudos foram sofrendo. Essas mudanças seriam advindas da própria transformação da sociedade, no próprio conhecimento científico, tanto no que tange às suas teorias quanto em seus métodos, além desse mesmo fenômeno na Geografia mais especificamente, como já foi mencionado anteriormente. Desta maneira, “tais mudanças de ênfase são, largamente, um produto das próprias mudanças na filosofia e na metodologia da Geografia, como um todo” (CLARK, 1991, p. 23).

Diante disso, a Geografia sofreu, sim, profundas alterações na natureza de seus estudos, tanto nas teorias que a embasavam quanto nos métodos e técnicas que esta dispôs em seu desenvolvimento. “Enquanto a Geografia no início do século XX se preocupava com a exploração e descoberta, com relações entre o homem e seu meio ambiente e em definir e descrever regiões, a partir de 1945, a atenção foi dirigida para o modelismo espacial e análise espacial” (CLARK, 1991, p. 23).

Durante a época em que prevaleceu a dita Geografia Clássica ou Tradicional, o foco das pesquisas que tinham as cidades como objeto de análise era a descrição das características físicas das áreas. Este tipo de abordagem não privilegiava os estudos dos espaços urbanos, dentro de uma perspectiva de geografia humana, ao passo que tinha

como principal marca a descrição dos elementos naturais das cidades, buscando fazer o levantamento do sítio e da situação de cada cidade (CLARK, 1991; ABREU, 1991).

Como uma tentativa de avanço dessa abordagem ainda de caráter naturalista e determinista muito forte, começam a surgir estudos que tentavam ultrapassar os levantamentos apenas dos aspectos naturais das cidades. É nesse contexto que emergem estudos de morfologia urbana. “Os estudos de morfologia urbana procuravam classificar e diferenciar as cidades em termos de seu plano viário, aparência das edificações e função ou uso do solo. Eles originaram-se na Europa, especialmente na Alemanha” (CLARK, 1991, p. 26). Ao mesmo tempo, desenvolveram-se estudos paralelos de natureza interurbana ou regional³. Entretanto, esses estudos continuavam presos a métodos indutivos, típicos da Geografia Tradicional, o que não trazia uma análise muito aprofundada das cidades.

Assim, os estudos urbanos numa perspectiva clássica diversificaram nos levantamentos em relação ao sítio, à situação, à morfologia e em estudos regionais (ou pelo menos, em estudos regionais em sua forma embrionária). Como pontos comuns, esses estudos tinham a metodologia centrada na indução, ou seja, na observação e descrição dos elementos da paisagem, mas ao invés de ter os ambientes naturais como objeto de análise como se faziam normalmente, agora se realizavam esses levantamentos nas paisagens urbanas.

Por fim, para fecharmos esse pequeno quadro da Geografia Urbana Clássica, destacamos ainda o trabalho de Vasconcelos (1994), que faz um levantamento numa perspectiva cronológica dos estudos urbanos nesse período classificado como Clássico. Apresentamos no quadro 1 esses estudos identificados pelo autor.

Quadro 1 - Principais estudos urbanos geográficos clássicos

DATAÇÃO	AUTOR/ANO DA OBRA	CONTRIBUIÇÃO/DESCRIÇÃO DA OBRA REFERÊNCIA
Fim do Século XIX	Ratzel (1891)	Alguns capítulos do seu livro clássico, <i>Anthropogeographie</i> são dedicados aos estudos da cidade.
	Meuriot (1897)	Primeiro estudo comparativo sobre aglomerações europeias.
	Otto Schluter (1899)	Considerado “pai da Geografia Urbana” com seu artigo “Observações sobre Assentamentos Urbanos”.
Década de 1900	K. Hassert (1907)	Iniciador das análises o sítio e da situação das cidades a partir de seu livro.
	V. F. Emerson (1908-1909)	Primeiro trabalho de geografia urbana encontrado na língua inglesa, trazendo uma interpretação geográfica da cidade de Nova York em dois artigos.
	Clouzot (1909)	Artigo francês sobre a formação das cidades.
	Clerget (1909-1910)	Artigo francês sobre o urbanismo.
Década de 1910	Maunier (1910)	Livro publicado sobre a origem das funções econômicas das cidades
	Blanchard (1911)	Primeiro trabalho metodológico sobre as monografias urbanas que inicia com Grenoble o estudo de uma série cidades.
Década de 1920	G. Taylor (1914)	Artigo sobre a evolução de Camberra.
	Sten de Geer (1923)	Trabalho que faz a diferenciação entre a área central e os demais bairros de Estocolmo.
Década de 1930	Laveden (1926)	Pioneiro com sua obra <i>Historie de l’urbanisme</i> , em três volumes (1926-1952), sendo que o primeiro manual é sobre a geografia urbana: <i>Géographie des villes</i> (1936).
	Lespes (1930)	Estudo sobre Argel, cidade colonial.
	Muller (1931)	Estudos de morfologia urbana.
Década de 1940	Chabot (1931-1938)	Estudos regionais sobre cidades.
	Dickinson (1947)	Primeiro manual em língua inglesa (<i>City, Region and Regionalism</i>), onde a análise urbana é concomitante à regional.
	G. Taylor (1949)	Manual em língua inglesa onde a análise gira em torno do sítio e da situação e onde p fator meio ambiente é considerado o mais importante para a localização faz cidades.
Década de 1950	Chabot (1948)	Pequeno livro, <i>Les Villes</i> , onde o autor introduz o estudo das funções urbanas na metodologia geográfica.
	Sorre (1952)	Publicado o clássico <i>Les Fondements de la géographie humaine</i> onde nove capítulos do terceiro volume são dedicados à cidade.
	P. George (1952)	O autor publica o livro <i>La Ville: le fait urbain à travers le Monde</i> , onde amplia a análise urbana para o nível internacional.
Década de 1960	J. Brunhes (1956)	Num capítulo do livro <i>Geografia Humana</i> , o autor afirma que a cidade, embora seja considerada por ele como uma ocupação improdutiva deve ser tratada como um organismo vivo, utilizando métodos comparativos.
	Gottmann (1961)	O autor francês cria o neologismo “megalópoles” para descrever a região urbana norte-americana.
Década de 1960	P. George (1961)	O autor publica o manual <i>Précis de géographie urbaine</i> , com capítulo sobre cidades subdesenvolvidas.
	Chabot (1963)	O autor lança <i>Traité de géographie urbaine</i> , o último manual importante de Geografia Urbana Clássica, atualizado por Beaujeou-Garnier em 1980.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Vasconcelos (1994).

Estudos urbanos na abordagem clássica ou tradicional no Brasil

No que se refere ao Brasil, Abreu (1994) dá uma importante contribuição a essa discussão, traçando a trajetória da Geografia Moderna como um todo, e da Geografia Urbana, mais especificamente, no país. Ele aponta a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, como um marco importante da Geografia Tradicional no Brasil, embora desde 1910, Carlos Delgado de Carvalho já vinha introduzindo a “Geografia Francesa” no país.

Falando especificamente da Geografia Urbana no território nacional, toma-se como ponto de partida o trabalho de Pierre Monbeig, “O estudo geográfico das cidades”, de 1914, uma obra de natureza metodológica que norteou inúmeros trabalhos posteriores produzidos sobre as cidades no Brasil. De forma sucinta, a proposta de Monbeig era a produção de uma “monografia urbana”, ou seja, a aplicação do método da Geografia Regional à cidade, que consistia na “integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade deste fato geográfico que era a cidade” (ABREU, 1994, p. 27). Assim, segundo Monbeig (2004, p. 280), “[...] a monografia geográfica de uma cidade permanece fiel ao método geográfico e a seu princípio, que é o estudo das relações das sociedades humanas com o meio natural no passado e no presente”. Ademais, deveriam ser analisados seis aspectos ou segmentos das cidades, a saber: o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estruturas, as funções urbanas e o raio de ação da cidade⁴.

Mais ou menos no mesmo período, rivalizando com as ideias de Monbeig, surge a proposta de Donald Pierson que defendia a Ecologia Humana, que pregava que a cidade deveria ser estudada de acordo com os métodos das ciências naturais, buscando-se leis, generalizações, desprezando o que era particular, ou seja, uma proposta oposta às monografias urbanas de Monbeig.

De toda forma, durante toda a década de 1940, inúmeros trabalhos foram realizados, seguindo total ou parcialmente as ideias de Monbeig, principalmente, além de terem sido produzidos trabalhos que terminaram por se tornarem referências pela sua abrangência, sendo as primeiras monografias regionais brasileiras, antecipando as pesquisas sobre áreas metropolitanas no país, destacando-se os trabalhos de Aroldo de Azevedo (ABREU, 1994).

Abreu (1994) destaca ainda enquanto ato marcante para a produção do conhecimento geográfico brasileiro como um todo e conseqüentemente, também sobre a cidade, a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (a AGB), em 1934, apesar de que num primeiro momento, esta fica restrita a São Paulo. Contudo, sua importância mesmo assim é enorme por ela ser responsável, por exemplo, pelas primeiras revistas de Geografia Moderna publicadas

no Brasil. Pouco depois, em 1937, ocorre a fundação no Rio de Janeiro do Conselho Nacional de Geografia. Começam a ocorrer também a partir de 1945, as Assembleias da AGB que se realizavam anualmente (com a exceção do ano de 1949, que não houve) durante um longo período. A partir da segunda Assembleia, ocorrem algumas mudanças e essas passam a ser marcadas principalmente por trabalhos de campos, diferenciando do caráter estritamente de “gabinete” da grande maioria dos encontros científicos. Assim, de 1946 até 1969, as reuniões da AGB constituíam-se em “reuniões anuais nas quais os geógrafos brasileiros se encontravam para apresentar comunicações, trocar experiências e, principalmente, para fazer trabalhos de campo em conjunto” (ABREU, 1994, p. 33).

Diante desse cenário, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela produção das monografias urbanas no país, a partir dos trabalhos de campos realizados nas Assembleias da AGB, de iniciativas particulares de pesquisadores ou ainda como capítulos de estudos regionais mais amplos. Outro marco importante, apontado pelo autor para a Geografia Urbana brasileira, foi a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956 no Rio de Janeiro, ao passo que proporcionou uma oportunidade relevante de intercâmbio científico, além de propiciar a demonstração da capacidade da comunidade geográfica brasileira de organizar eventos mais complexos de grande porte.

Estudos urbanos na abordagem clássica ou tradicional em Teresina

Dentro desta abordagem mais clássica ou tradicional de estudos urbanos, podemos dizer que a cidade de Teresina foi contemplada no trabalho intitulado a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, obra publicada pelo IBGE a partir de 1957. A pesquisa faz um grande levantamento dos dados gerais dos municípios do país, contemplando aspectos como a história, aspectos físico-geográficos, atividades econômicas, trazendo inúmeras informações, imagens e mapas, se configurando numa grande monografia urbana das cidades do Brasil.

A capital piauiense, assim como os demais municípios do Piauí e os municípios do estado do Maranhão, foi contemplada no volume 15 da Enciclopédia, sendo publicada em 1959. Desta forma, nesta publicação específica, o estudo sobre a cidade de Teresina inicia trazendo um pouco do histórico da criação e evolução da capital piauiense, apontando fatos políticos e administrativos importantes para construir este levantamento da cidade, trazendo, inclusive, trechos de documentos históricos da cidade, uma diretriz do trabalho metodológico de Mombeig (2004).

Num segundo momento, o estudo faz um levantamento das bases físico-geográficas de Teresina, pontuando a sua localização (coordenadas geográficas), altitude, características climáticas, a área do município, e ainda, faz o levantamento dos principais acidentes geográficos e as riquezas naturais (os recursos naturais mais explorados à época).

Num terceiro momento, Brasil (1959) traz alguns aspectos relacionados a dados humanos. Primeiramente, o estudo apresenta um breve quadro da demografia da capital e, em seguida, caracteriza as atividades econômicas então desenvolvidas na cidade: a agricultura, a indústria (ainda que incipiente no quadro geral da economia, característica que permanece ainda atualmente) e serviços bancários. O trabalho traz ainda elementos referentes aos meios de transporte e de comunicação e traz, o que ele denomina de “aspectos urbanos”, que a partir da leitura do documento, podemos inferir se tratar dos equipamentos urbanos e principais elementos urbanísticos da cidade (principais espaços, prédios públicos e privados, praças etc.).

Fechando esse levantamento, a pesquisa faz um levantamento dos serviços referentes à saúde, à assistência social e à educação. A última parte do trabalho lista alguns aspectos relacionados à cultura, manifestações artísticas, religiosas e folclóricas de Teresina.

ESTUDOS URBANOS NA ABORDAGEM NEO-POSITIVISTA OU PRAGMÁTICA

Por volta da metade do século XX, a Geografia sofre mudanças significativas em suas bases teórico-metodológicas. Agora, sob o aporte da corrente Neo-positivista, uma série de inovações ocorrem nas pesquisas ditas geográficas. A partir da leitura de diversos autores (CHRISTOFOLETTI, 1982; CLARK, 1991 etc.), podemos apontar diversas características, a saber: a introdução de métodos dedutivos; a tentativa de se produzir exposições teóricas gerais, ou seja, a busca de generalizações, o desenvolvimento de teorias e a elaboração de leis; o uso de técnicas estatísticas e matemáticas na análise dos dados coletados e na mensuração dos fenômenos; a realização de uma abordagem sistêmica nas análises realizadas.

No que tange ainda à natureza metodológica, outra inovação dessa fase da Geografia é a introdução da construção de modelos, que são “representações idealizadas da realidade, que demonstram ou resumem muito de suas propriedades. Eles reportam-se a generalizações elementares a respeito do mundo real, que podem ser expandidas e refinadas através de testes e reformulações, de modo a chegar a explicações gerais” (CLARK, 1991, p. 27). Ademais, “o modelo permite estruturar o funcionamento do sistema, a fim de torna-lo compreensível e expressar as relações entre os seus diversos componentes” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.19-

20). Desta forma, os modelos seriam uma forma de se chegar a uma melhor compreensão da realidade.

Na Geografia Urbana, essas novas diretrizes vão reverberar fortemente e os estudos de cidades passam a ter essa conotação, de se determinar dos “padrões espaciais e de organização do espaço e a classificação e a hierarquização das cidades” (VASCONCELOS, 1994).

Clark (1991) nos fala ainda que os estudos urbanos podem ser agrupados em duas grandes categorias: os estudos sobre estrutura social e espacial interna e os estudos sobre localizações de cidades, o maior representante do período fica por conta do trabalho de Walter Christaller, de 1933, e sua teoria dos lugares centrais.

No que tange à escala, os estudos realizados neste período priorizaram as análises regionais, redes e hierarquias urbanas. Nesse sentido, estudos que buscam analisar as funções das cidades, suas redes de relações, suas regiões de influência, tornam-se característicos deste período. Nesse sentido, Barros (1993) situa este momento como uma fase “economicista”⁵, na medida em que essa dimensão da sociedade, a economia, se torna objeto de estudo de destaque nos estudos geográficos neo-positivistas. Assim, diversos trabalhos são produzidos com o intuito de se determinar padrões de distribuição de atividades e funções econômicas das cidades.

Dentro dessa perspectiva, o estudo de Rochefort (1967) faz uma proposta de método para se estudar cidades que segue essas duas tendências, ou seja, uma análise numa perspectiva economicista e numa perspectiva regional. O autor defende o estudo do espaço urbano a partir de dois critérios: primeiramente, “classifica-la tendo em vista cada tipo de equipamento terciário, distinguindo como cidades de nível superior as que possuíam equipamentos raros, ausentes em outras” (ROCHEFORT, 1967, 11); e ainda, o segundo aspecto a ser analisado seria “a influência exterior das várias cidades” (ROCHEFORT, 1967, 11).

Estudos urbanos na abordagem neo-positivista ou pragmática no Brasil

A década de 1960 é marcada por grandes transformações da realidade brasileira, o que, conseqüentemente, implicou em transformações também nos estudos urbanos. Assim, a partir de fenômenos como a metropolização ocorre, por exemplo, a desvalorização dos estudos intraurbanos e o interesse crescente pelos urbanos-regionais. Além de se considerar os estudos monográficos como símbolo de uma fase já ultrapassada, a disseminação das

atividades de planejamento na Europa no pós-guerra também contribuem para a mudança na natureza dos estudos urbanos no Brasil.

A perspectiva de que, a partir da cidade, poder-se-ia intervir no quadro regional, alterando-o, acabou por dar à Geografia um sentido de aplicabilidade que nunca tivera antes. Planejamento, Geografia ativa, Geografia aplicada, Geografia voluntária... Eis, agora, as novas dimensões da Geografia, que abram novos horizontes aos geógrafos. (ABREU, 1994, p. 40)

É nesse momento que a Geografia passa a se aproximar de forma mais sólida da atividade do Planejamento como um todo e de maneira mais específica no caso de estudos sobre as cidades, do Planejamento Urbano. Ademais, na década de 1960 e 1970, disseminam-se estudos sobre áreas metropolitanas, sobre municípios periféricos de aglomerados metropolitanos. Os estudos intraurbanos não são abandonados completamente, no entanto.

De toda forma, a partir da década de 1970, ocorre a revolução quantitativa e o afloramento da Geografia Neopositivista no Brasil, entre outros fatores, pela disseminação das atividades do planejamento territorial propiciadas pelo governo militar. Ao mesmo passo, esse era uma etapa ou movimento que naturalmente acabaria derramando-se na Geografia brasileira, tendo em vista os intercâmbios que ocorriam com a Geografia no resto do mundo, que já caminhava nesta direção há alguns anos. Assim, houve um “acoplamento perfeito do discurso neopositivista [...], tanto às exigências do momento político-econômico pelo qual passava o país, quanto às pretensões de cientificidade e de aplicabilidade que afetam periodicamente Geografia e que, [...] estavam novamente em alta” (ABREU, 1994, p. 44).

De toda forma, em relação aos estudos sobre a cidade, neste período, os trabalhos interurbanos e inter-regionais tomam a dianteira, até mesmo em virtude do contexto de uma necessidade cada vez maior de integração do território nacional. No que se refere aos estudos intraurbanos, ocorreram mudanças teórico-metodológicas, abandonando as monografias urbanas e procurando construir leis e generalizações, em harmonia as diretrizes do Neopositivismo. De forma geral, Abreu (1994) identifica dois grandes tipos de estudos nesse momento: os trabalhos que objetivam determinar padrões espaciais⁶ e os trabalhos que buscam relacionar processos e padrões espaciais⁷.

Como exemplo de estudo de caráter regional e economicista, temos o trabalho de Santos (1963), onde ele faz uma aplicação do método de Rochefort (já comentado) à Bahia. Um aspecto interessante deste trabalho é que, antes de aplicar a metodologia proposta por Rochefort, o estudo faz um levantamento de outros métodos, mas dentro da perspectiva pragmática.

Abreu (1994) aponta algumas críticas que podem ser feitas à Geografia Neopositivista no país, como, por exemplo, o fato de seu pouco compromisso com a explicação da realidade concreta, focando seus estudos na análise de situações ideais, e não na realidade propriamente dita, além de não ter sido o movimento teorizador no Brasil ao passo que suas diretrizes (teorias e métodos) não foram adotadas em sua plenitude pelos geógrafos brasileiros.

Contudo, apesar dessas limitações, esses trabalhos deram importantes contribuições à produção de conhecimento geográfico sobre a cidade, primeiramente, pela sua preocupação em teorização e o método das pesquisas, pela sua relevância na definição de fato da Geografia como uma ciência social, abandonando o caráter naturalista, e, ainda, por que estes trabalhos serviram, e continuam servindo, como fonte de dados, além de muitos terem sido retrabalhados depois mais criticamente. Santos (1963, p. 404) resume bem essa as contribuições e o valor dos trabalhos deste período (em meio às muitas críticas que normalmente se destinam às pesquisas pragmáticas) quando comenta as fórmulas e métodos pragmáticos ou teóricos-quantitativos no trato das cidades:

Alguns chegaram até mesmo à rigidez de fórmulas algébricas, por princípios incompatíveis com a apreciação de fenômenos sociais, mas que podem, entretanto, permitir uma aproximação qualitativa. Esses resultados são do maior interesse prático, servindo, mesmo, aos interesses da administração.

Estudos urbanos na abordagem neo-positivista ou pragmática em Teresina

Fazendo um paralelo com a realidade de Teresina, Moreira (1972, 1972b) fez dois estudos sobre a cidade, aproximadamente, nos moldes do método de Rochefort (1963), ou pelo menos, seguindo as diretrizes básicas apontadas por esse autor, ou seja, realizando uma análise da capital piauiense sob o olhar de suas funções econômicas e de seu papel regional. Assim, autora faz um extenso diagnóstico da cidade, visando ao “conhecimento da cidade através do levantamento de seus recursos humanos, equipamentos de serviços e infraestrutura econômica”, além de se obter um “diagnóstico do conteúdo do seu espaço regional ou de sua área de influência em seus aspectos e condições naturais, recursos humanos, infraestruturais e dados sobre a vida agropastoril” (MOREIRA, 1972, p. 3).

É importante destacarmos que este artigo busca aproximações teórico-metodológicas no sentido de identificar as possíveis relações do fazer geográfico nas diversas escalas (internacional, nacional e local), sem, contudo, pretender estabelecer nexos fechados sobre tais ligações. Isso significa dizer que os trabalhos aqui destacados apenas “aproximam-se” em

relação às bases teóricas, aos métodos e às técnicas utilizados, não querendo dizer, necessariamente, que um ou outro autor ou um ou outro trabalho citado tenha sido produzido fielmente baseado em outro autor ou trabalho, embora nesta pesquisa tenha sido identificada essa aproximação.

Assim, primeiramente, o estudo de Moreira (1972) traz um minucioso retrato do quadro físico de sítio urbano da cidade, levantando informações geológicas, geomorfológicas, hidrológicas e climáticas sobre a cidade. Em seguida, é traçado um perfil demográfico da cidade, com informações referentes à distribuição da população, o papel dos migrantes no crescimento da cidade e a estrutura da população em seus vários aspectos. Além disso, são traçadas considerações sobre a expansão urbana da cidade nesse momento. O terceiro aspecto tratado é a infraestrutura de serviços da capital, num extenso levantamento de informações. O quarto tema discutido é a infraestrutura industrial da cidade, seguido de um diagnóstico sobre as atividades comerciais em Teresina. Por fim, no último tópico da pesquisa, Moreira (1972), à luz das informações levantadas ao longo do trabalho, discute as condições de dinamização da cidade, apontando tendências e perspectivas para o desenvolvimento da cidade, além de apontar os pontos positivos e os gargalos para este desenvolvimento. O trabalho, além de ser rico em tabelas e quadros com informações, traz uma grande gama de mapas.

No outro trabalho desta autora (MOREIRA, 1972b), a escala da abordagem realizada sobre a cidade é a regional, o que aproxima mais ainda do caráter da maior parte dos estudos de natureza neo-positivista ou pragmática, como vimos. Num primeiro momento, a autora faz novamente um levantamento de aspectos da geografia física da cidade (Geologia, Geomorfologia, análise dos solos, condições climáticas e vegetação. Neste momento, a autora caracteriza também a atividade do extrativismo), mas desta vez, faz um apanhado dessas características ultrapassando os limites de Teresina, abrangendo as áreas de seu entorno.

Na segunda seção do trabalho, Moreira (1972b) analisa os “recursos humanos”. A autora faz uma análise detalhada da população e sua distribuição no espaço regional de Teresina, dando destaque para a sua composição (urbana e rural) e, em especial, o fenômeno das migrações e seus desdobramentos em Teresina e seu espaço regional.

A seção três trata da atividade agropecuária, enquanto a seção quatro, a última do trabalho, faz um apanhado dos aspectos infraestruturais da área de estudo. São esmiuçados aspectos da infraestrutura de transporte, energia, comunicações e saneamento básico nessa parte final da pesquisa.

ESTUDOS URBANOS NA ABORDAGEM CRÍTICA

A partir da década de 1970, podemos identificar um novo momento dos estudos do espaço e do planejamento urbano. Importantes obras de autores como Lefbvre, Harvey e Castells vão trazer à tona a influência do pensamento marxista no modo de se pensar as cidades. De forma geral, essas novas ideias e perspectivas “historicizaram os problemas sociais manifestados na cidade, encarando o espaço urbano como um produto social e os ‘problemas urbanos’ como problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder capitalista” (SOUZA, 2006, p. 26).

Essas novas concepções trazem como principal contribuição a “desideologização” e a “despolitização” dos estudos da cidade, ou seja, tenta-se desvendar a real natureza dos problemas desenvolvidos nas cidades, livre de amarras políticas e ideológicas que muitas vezes encobrem a verdade e desviam o foco das questões que merecem a nossa atenção. Especificamente, em relação ao planejamento urbano, faz uma crítica deste enquanto “um instrumento a serviço da manutenção do status quo capitalista” (SOUZA, 2006, p. 26), ou seja, do seu uso não para a resolução ou atenuação dos problemas dos ambientes urbanos, mas apenas para justificar e conduzir as ações de grupos e interesses dominantes nas cidades, manipulando a população das cidades a acreditarem que esta atividade, o planejamento urbano, é direcionada para a maioria, quando na verdade, isso não ocorre.

Estudos urbanos na abordagem crítica no Brasil

Seguindo a linha de estudos urbanos críticos, Corrêa (1989) publica uma obra que analisa o espaço intra-urbano, considerado pelo autor “fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1989, p. 9). Basicamente, o autor trata da formação e estruturação do espaço das cidades discutindo três grandes variáveis para a produção deste: os agentes produtores do espaço urbano, os processos e as formas espaciais resultantes.

Em relação aos agentes produtores dos espaços das cidades, o autor nos diz que estes são “agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço um espaço aleatório” (CORRÊA, 1989, p. 11) que atuam na estruturação do espaço urbano. Basicamente, apesar de manterem relações complexas, muitas vezes confundindo-se ou influenciando-se uns aos outros, o autor aponta cinco agentes sociais

distintos: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

O autor analisa os processos e as formas espaciais de forma conjunta na medida em que através do desenvolvimento dos primeiros, ao longo do tempo, os últimos vão cristalizando-se no espaço. Assim, “os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade” (CORRÊA, 1989, p. 36).

Os processos espaciais, apontados pelo autor são os seguintes: a centralização, tendo como a sua forma espacial resultante as áreas centrais; a descentralização, tendo como a sua forma espacial resultante os núcleos secundários; a coesão espacial, tendo como a sua forma espacial resultante as áreas especializadas; a segregação, tendo como a sua forma espacial resultante as áreas sociais (o autor ainda discute de forma mais aprofundada sobre a dinâmica espacial da segregação neste momento); e ainda, a inércia espacial, tendo como a sua forma espacial resultante as áreas cristalizadas.

Ademais, o autor destaca ainda a grande complexidade destes processos e formas espaciais na medida em que estão sempre atuando em conjunto, ora em harmonia, ora em conflito, num grande jogo de forças. Sobre esse pensamento, Corrêa (1989, p. 37) nos afirma que é “importante deixar claro que estes processos e formas espaciais não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro [...] nesse sentido, pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si”. Este estudo também pode ser tomado como uma guia de como se estudar uma cidade, de como levantar as suas características, traçar a sua evolução e de visualizar um retrato das formas materiais de um espaço urbano.

Estudos urbanos na abordagem crítica em Teresina

Aproximando essa reflexão com a capital piauiense, Façanha (1998) faz um estudo sobre a evolução urbana de Teresina, tendo como principal norteador ou parâmetro o modelo de análise de espaço urbano proposto por Correa (1989). Assim, após a realização de uma revisão teórica sobre o contexto econômico estadual, regional e nacional e de seus reflexos no fenômeno da urbanização da cidade, o autor passa a trabalhar de acordo com o “roteiro” de Corrêa (1989). Primeiramente, ele faz um levantamento da trajetória dos agentes sociais em Teresina. Neste momento, além dos industriais e comerciantes, dos proprietários imobiliários,

do Estado e dos grupos sociais excluídos, o estudo também faz considerações sobre os movimentos sociais urbanos na cidade.

Em seguida, o autor faz um retrato da dinâmica dos processos e formas espaciais em Teresina. Diante disso, se discute a produção dos conjuntos habitacionais na cidade, um dos principais indutores de crescimento espacial da capital, além dos processos de descentralização e a formação dos núcleos de comércios, serviços e industriais, ainda que incipientes, pela mancha urbana de Teresina. Façanha (1998) faz ainda um mapeamento das vilas e favelas na cidade, fenômeno cada vez mais importante nas dinâmicas espaciais na capital, além de fazer reflexões sobre as áreas de segregação de alto status, em contrapartida ao tema anterior mencionado. O autor faz, por fim, considerações sobre o processo de verticalização em Teresina, fenômeno que se intensificou de forma vertiginosa a partir da década de 1990, finalizando seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacarmos novamente que o objetivo deste texto não foi realizar um levantamento minucioso dos estudos urbanos na cidade de Teresina ao longo da história e desenvolvimento da cidade e das pesquisas científicas (no caso, geográficas) sobre a mesma (o que pode ser objeto de outra pesquisa). Mas sim, identificar as principais tendências e características dos estudos urbanos na escala mundial e nacional, elencando alguns trabalhos considerados marcos de cada tendência, para exemplificar essas diretrizes, e relacionar com alguns trabalhos feitos na capital piauiense, buscando encontrar semelhanças nas metodologias aplicadas para suas realizações.

Diante disso, a hipótese inicial levantada foi corroborada, de que houve, até certa medida, uma harmonia nas diretrizes de metodologias no que tange às pesquisas urbanas nestas três escalas (internacional, nacional e local). Embora o trabalho não tenha se constituído num levantamento aprofundado da temática, contribui na produção geográfica urbana local, em especial, no caráter de levantamento bibliográfico e epistemológico sobre pesquisas urbanas na cidade de Teresina.

NOTAS

¹ Entre os estudos representando as pesquisas de localização de cidades citados por esse autor, destaca-se o de Walter Christaller, *Central Places in Southern Germany*, publicado em 1933,

relevantemente significativo tanto em relação ao arcabouço teórico quanto metodológico estabelecido.

² Em relação aos estudos de estrutura social e espacial das cidades, os de estrutura social e espacial interna das cidades, estes historicamente sempre se limitavam a estudos morfológicos, de caráter descritivo, típicos da Geografia Clássica. “Os modelos elementares da estrutura do solo urbano [...] foram substituídos em 1955 pelas análises de Shevky e Bell que apresentaram uma teoria de mudança social urbana e prediziam as implicações para a estrutura social e econômica da cidade” (CLARK, 1991, p. 31).

³ Clark (1991) cita alguns estudos desta natureza desenvolvidos neste período que antecedeu essa renovação nos estudos ocorridos a Geografia Clássica, tais como os de Chabot e os de Dubuc, ambos em 1938, os de Labasse, em 1955, além de Dickinson, em 1947. De toda forma, todos esses estudos do espaço urbano antes desse momento de transformação se focavam na “descrição geográfica e inferência indutiva. Eles mapearam e analisaram em detalhe as características ambientais, físicas e funcionais da cidade, antes de avançar no campo das explicações de como e por que se originaram os traços urbanos particulares” (CLARK, 1991, p. 27).

⁴ Outras características que podemos destacar no trabalho de Monbeig é a importância dada às representações cartográficas nas pesquisas, além da rejeição de modelos, sistematizações e do objetivismo científico, defendendo assim um estudo ideográfico, singular sobre a cidade (MONBEIG, 2004).

⁵ Barros (1993) contribui com este tema categorizando a evolução da Geografia em cinco grandes momentos ou perspectivas: o primeiro grande momento dessa ciência seria classificado como Clássico; a segunda fase seria a chamada Economicista; a terceira perspectiva seria a Análise Espacial; a quarta corrente seriam as chamadas Abordagens Radicais; e ainda, a quinta escola da evolução dos estudos geográficos seriam as pesquisas geográficas ligadas à Fenomenologia.

⁶ Esses trabalhos tinham como meta “apontar os mais variados padrões de distribuição de fenômenos no espaço urbano, revelando não apenas as configurações visíveis da cidade, como também uma série de outras dimensões do urbano que não poderiam ser observadas, nem a olho nu, nem através da superposição de mapas” (ABREU, 1994, p. 46). Estes trabalhos eram ainda divididos em dois grupos: os trabalhos que analisavam os padrões multidimensionais e os trabalhos que analisavam padrões simples, ou seja, apenas uma dimensão do urbano, como a dimensão locacional (que determinavam os padrões de uso do solo e os padrões da

localização das atividades urbanas), a dimensão socioeconômica e a dimensão das interações, ou seja, as variáveis dos fluxos que ocorriam nos ambientes urbanos.

⁷ Estes trabalhos, segundo Abreu (1994), avançaram um pouco mais que o primeiro grupo de trabalhos, ao passo que “testando hipóteses, calibrando modelos, introduzindo a ação de agentes modeladores específicos dos contextos urbanos subdesenvolvidos e/ou dinâmicas próprias do caso brasileiro [...] privilegiaram principalmente o lado processual da análise” (ABREU, 1994, p. 46).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro.** IN: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.

ABREU, Irlane Gonçalves de. **Correntes Teórico- Metodológicas em Geografia Urbana.** In: Revista espaço-tempo. v. 1, n. 1. Teresina: Ed: UFPI, 1991.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Geografia Humana: uma introdução às suas ideias.** Recife: Ed. UFPE, 1993.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros / Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Volume 15.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas em Geografia.** São Paulo, Difel, 1982.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processo e formas espaciais da cidade.** Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE, 1998.

MONBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades.** IN: CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n. 1, 2004.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. **A cidade de Teresina.** In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 230, p. 3-185, set. out. 1972.

_____. **O espaço regional de Teresina.** In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 231, p. 3-98, nov. dez. 1972b.

ROCHEFORT, Michel. **Um método de pesquisas das funções características de uma metrópole regional.** Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, ano 26, nº 198, p. 11-15, mai/jun, 1967.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro da região**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, ano 22, nº 175, p. 401-415, jul/ago, 1963.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A Cidade da Geografia no Brasil**. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) Os caminhos da reflexão sobre cidade e o urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.